

Medidas saem hoje, confirma Leitão

Das sucursais

O ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Leitão de Abreu, que durante todo o dia de ontem acompanhou o presidente Figueiredo, no Rio, disse que o **pacote** econômico será anunciado hoje, em Brasília, porque, embora "praticamente delineado, decorre de decisão do Conselho Monetário Nacional".

O ministro evitou comentar o conteúdo do **pacote**, explicando que "é muito complexo". Mas está praticamente delineado e uma parte que diz respeito aos decretos-leis já está pronta, disse. Leitão de Abreu não quis adiantar o conteúdo do conjunto de medidas econômicas porque, conforme disse, a "imprensa terá muito que se ocupar com ele, amanhã" (hoje) e, para falar com precisão, só a equipe econômica do governo, "embora o presidente Figueiredo esteja a par de todas as decisões que vão ser tomadas".

Para o ministro Rubem Ludwig, do Gabinete Militar, as novas decisões econômicas "vão doer em algumas pessoas". Ontem à tarde, logo após deixar o hotel onde estava hospedado o presidente Figueiredo, Ludwig disse que o **pacote** estava "quase fechado" desde terça-feira, mas "não posso antecipar nada porque algumas coisas, na hora da decisão, podem tomar um rumo diferente. Quem vai anunciá-lo é o presidente, possivelmente na tarde ou na noite de amanhã (hoje)". Ludwig disse que seria falta de ética adiantar as medidas econômicas que o presiden-

te vai anunciar, "sei que o pacote está bem amarrado, só falta dar o nó".

O porta-voz do Planalto, Carlos Átila, disse que as decisões do governo incidem sobre as áreas tributária, orçamentária e financeira, que até ontem não estavam inteiramente elaboradas, porque o presidente Figueiredo só terminaria de examiná-las hoje e ainda porque os ministros da área econômica ainda estavam fazendo a redação final dos atos.

MARCAM NOVA ETAPA

As medidas econômicas que o governo vai divulgar, oficialmente, hoje, após a reunião do Conselho Monetário Nacional, marcam uma nova etapa na condução da economia brasileira, em que as considerações políticas prevalecerão sobre os argumentos técnicos, na tomada de decisões, o que implicará menos poder para a tecnocracia, disse ontem o secretário-executivo do Programa Grande Carajás, Nestor Jost, depois da solenidade de posse do novo chefe de gabinete do ministro Camilo Penna, o ex-deputado federal Luís Vasconcelos (PDS-MG).

Segundo ele, "essa nova orientação do governo foi sensacional", porque na medida em que o **pacote** foi questionado por todos os segmentos da sociedade, o governo viu-se na contingência de abrir também a discussão. Nestor Jost não acha que as considerações técnicas serão necessariamente marginalizadas, mas elas só terão viabilidade se houver consenso entre todos os que estarão envolvidos na questão, com destaque

para a necessidade de atender o conjunto da sociedade.

Nestor Jost lembrou que ao conduzir com critérios políticos as decisões econômicas, o governo não assumirá sozinho as responsabilidades. Acima de tudo, buscará o consenso, o que evitará que dê passos além da capacidade da sociedade de suportar. "Nós estamos padecendo essa falta de liquidez, agora, porque gastamos além do que tínhamos, e isso não é possível", disse.

Com o predomínio do critério político sobre o técnico na formulação dos problemas econômicos, de agora em diante, Nestor Jost disse que fica caracterizado mais um passo do governo no rumo do processo democrático. Ele se negou a aceitar o termo "ditadura econômica" para a forma como foi — e ainda é — conduzida nos últimos 20 anos a economia nacional, em que prevaleceram as opiniões dos técnicos sobre as considerações políticas, mas disse que as decisões "durante muitos anos" foram tomadas sem ouvir a classe política, prática que não dará mais certo diante da nova realidade brasileira.

O **pacote econômico** colocou o governo diante de outra realidade, e ele está tendo de amoldar-se a ela. O presidente Figueiredo, disse, entendeu o novo momento e não decidiu sobre questões que afetariam as faixas de rendas mais baixas. Pelo menos até agora não se decidiu como enfrentará a questão da desindexação da economia, expurgando do INPC os aumentos de preços dos derivados de petróleo, do trigo e do aumento do crédito agrícola.